

A Gestão Estratégica da Administração 4

 Editora
Atena

Ano 2018

Atena Editora

A Gestão Estratégica da Administração

4

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G393 A gestão estratégica na administração 4 [recurso eletrônico] /
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2018.
7.569 kbytes – (Administração; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-10-9

DOI 10.22533/at.ed.109283107

1. Administração. 2. Planejamento estratégico. I. Atena Editora.
II. Série.

CDD 658.4

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| A CONTABILIDADE E A RECUPERAÇÃO JUDICIAL: PERCEPÇÃO DOS MAGISTRADOS DA COMARCA DE RESENDE/RJ | |
| <i>Cleidinei Augusto da Silva</i> <i>Alex de Araújo Pimenta</i> <i>Beatriz de Moura Nogueira</i> <i>Cristiane Soares da Silva</i> <i>Paula Josias da Silva Sousa</i> | |
| CAPÍTULO 2 | 18 |
| A RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA O MERCADO ACIONÁRIO BRASILEIRO: TEORIAS E FATORES RELACIONADOS À DECISÃO DOS USUÁRIOS QUANTO AO INVESTIMENTO EM AÇÕES ORDINÁRIAS E PREFERENCIAIS | |
| <i>Vinícius da Silva Matos</i> <i>Edson Vinícius Pontes Bastos</i> | |
| CAPÍTULO 3 | 39 |
| ANÁLISE DE REDES SOCIAIS E TEORIA ATOR-REDE: CONVERGÊNCIAS E EMBATES ENTRE VISÕES INTERACIONISTAS | |
| <i>Gustavo Mendonça Ferratti</i> <i>Augusto Squarsado Ferreira</i> <i>Mário Sacomano Neto</i> | |
| CAPÍTULO 4 | 57 |
| CHECK-UP DE UM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA PERSPECTIVA DOS COLABORADORES: UM ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO DIOCESANO SERIDOENSE EM CAICÓ/RN | |
| <i>Pedro Paulo Donato</i> <i>Leandro Aparecido da Silva</i> <i>Tiago Douglas Cavalcante Carneiro</i> <i>Tatiane de Lourdes Azevedo da Cunha Bezerra</i> <i>Pablo Phorlan Pereira de Araújo</i> | |
| CAPÍTULO 5 | 70 |
| DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS EM UMA CANTINA ESCOLAR: DIAGNÓSTICO E PROPOSTA DE MELHORIAS | |
| <i>Jéssica Moreira Rocha</i> <i>Victor Lopes Millard</i> <i>Luiz Bandeira de Mello Braga</i> | |
| CAPÍTULO 6 | 82 |
| EFICIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL RESULTANTES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APLICAÇÃO DA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS (DEA) NOS ESTADOS E REGIÕES BRASILEIRAS | |
| <i>Nelson Guilherme Machado Pinto</i> <i>Daniel Arruda Coronel</i> <i>Reisoli Bender Filho</i> | |
| CAPÍTULO 7 | 102 |
| ESTRATÉGIAS E POSTURAS ESTRATÉGICAS ENTRE IES PÚBLICA E PRIVADA EM CONTEXTOS INSTITUCIONAIS SIMILARES | |
| <i>Rodrigo Oliveira Miranda</i> <i>Lucas Gurgel Mota Saraiva</i> | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 8 | 125 |
| FATORES INFLUENCIADORES NO FECHAMENTO DA EMPRESA DE BIOTECNOLOGIA SKINGEN, DO GRUPO BOTICÁRIO | |
| <i>Adriana Queiroz Silva</i> | |
| CAPÍTULO 9 | 140 |
| GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E COLETA SELETIVA: ANÁLISE DAS AÇÕES EM UM MUNICÍPIO FLUMINENSE | |
| <i>Gardênia Mendes de Assunção Santos</i> | |
| <i>Liana Cid Bácia</i> | |
| CAPÍTULO 10 | 154 |
| IMPACTOS NA GESTÃO DA INOVAÇÃO EM UMA PEQUENA EMPRESA BENEFICIADA VIA SUBVENÇÃO ECONÔMICA. | |
| <i>Rafael Dantas de Oliveira</i> | |
| <i>Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira</i> | |
| CAPÍTULO 11 | 171 |
| IS IT PRACTICAL OR PRACTICE? A STUDY ON THE CONSUMPTION BEHAVIOR OF COFFEE CAPSULES | |
| <i>Rodrigo Marçal Gandia</i> | |
| <i>Cassiano de Andrade Ferreira</i> | |
| <i>Elisa Reis Guimarães</i> | |
| <i>Joel Yutaka Sugano</i> | |
| <i>Daniel Carvalho Rezende</i> | |
| CAPÍTULO 12 | 189 |
| MÉTODOS ATIVOS DE ENSINO: CASO DE APLICAÇÃO DO CICLO DE APRENDIZAGEM VIVENCIAL (CAV) COM ESTUDANTES DE EMPREENDEDORISMO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR | |
| <i>Mauro Celio Araújo dos Reis</i> | |
| <i>Veruska Albuquerque Pacheco</i> | |
| <i>Sandson Barbosa Azevedo</i> | |
| CAPÍTULO 13 | 213 |
| NOVOS PARADIGMAS PARA LRF: ESPECIALISTAS EM GESTÃO PÚBLICA E ADOÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO | |
| <i>Silvio Broxado</i> | |
| CAPÍTULO 14 | 230 |
| O PROCESSO DE FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA ATRAVÉS DO BALANCED SCORECARD EM UMA EMPRESA JÚNIOR DA ÁREA TECNOLÓGICA | |
| <i>Rebeka Coelho de Almeida Alves</i> | |
| <i>Lucas dos Santos Costa</i> | |
| CAPÍTULO 15 | 242 |
| OS IMPACTOS DO RECONHECIMENTO DO ARRENDAMENTO MERCANTIL NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE AVIAÇÃO CIVIL: UM ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO DA IFRS 16 | |
| <i>Leandro Clayton de Oliveira</i> | |
| <i>Alessandro Pereira Alves</i> | |
| <i>Henrique Suathê Esteves</i> | |
| CAPÍTULO 16 | 262 |
| POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS PROGRAMAS PNAE E PAA NA MERENDA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA | |
| <i>Thiago Chagas de Almeida</i> | |
| <i>Ivan Souza de Abreu</i> | |
| <i>Mauro Macedo Campos</i> | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 17 | 276 |
| PRESTAÇÃO DE SERVIÇO X SATISFAÇÃO DO CLIENTE: ESTUDO DE CASO DA EMPRESA CELG – MORRINHOS/GO <i>Lucivone Mª Peres de Castelo Branco</i> <i>Lais Milene Vaz Ribeiro</i> <i>Thaís Furtado Mendes</i> | |
| CAPÍTULO 18 | 291 |
| RECEITA PÚBLICA TRIBUTÁRIA NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA/RJ: UM ESTUDO SOBRE A EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS PRÓPRIOS <i>Jéssica Sardela Mota</i> <i>Wilton do Amaral André</i> | |
| CAPÍTULO 19 | 302 |
| TRANSPORTE HIDROVIÁRIO NA AMAZÔNIA: O DESENVOLVIMENTO REGIONAL ATRAVÉS DO PORTO PÚBLICO DE PORTO VELHO <i>Artur Virgílio Simpson Martins</i> <i>Carlo Filipe Evangelista Raimundo</i> <i>Gilberto Laske</i> <i>Daiana Cavalcante Gomes</i> <i>Samuel dos Santos Junio</i> | |
| CAPÍTULO 20 | 310 |
| USO DA FERRAMENTA PDCA PARA CONTROLE DE ESTOQUE DE MATERIAIS EM UMA CLÍNICA ODONTOLÓGICA <i>Mariângela Catelani Souza</i> <i>Aniele Bernardes dos Santos</i> <i>Bruna Grassetti Fonseca</i> <i>Elizangela Cristina Begido Caldeira</i> <i>Anderson Gustavo Penachiotti</i> | |
| SOBRE OS AUTORES | 326 |

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS PROGRAMAS PNAE E PAA NA MERENDA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA

Thiago Chagas de Almeida

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro – UENF

Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro

Ivan Souza de Abreu

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro – UENF

Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro

Mauro Macedo Campos

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro – UENF

Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro

RESUMO: No que tange as Políticas Nacionais de Alimentação e Nutrição o artigo busca fazer uma análise da aplicação dos programas PNAE e PAA no município de São João da Barra - RJ. A pesquisa permeia, dentre as inúmeras determinantes de análise dessas políticas, como os fornecedores beneficiários e o município de São João da Barra se relacionam e como essa relação poderia desenvolver ganhos ainda maiores para comunidade local com as variações de implementação dessas políticas no arranjo do governo municipal.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação Escolar, Geração de Trabalho e Renda, Gestão de Políticas Públicas.

ABSTRACT: Regarding the National Food

and Nutrition Policies, the article seeks an analysis of the application of the PNAE and PAA programs in the municipality of São João da Barra - RJ. The research permeates, among the numerous determinants of policy analysis, how the beneficiary suppliers and the municipality of São João da Barra relate and how it is possible to build even greater gains for the local community with variations in the implementation of municipal government non-governmental policies.

KEYWORDS: School Feeding, Work and Income Generation, Public Policy Management.

1 | INTRODUÇÃO

A discussão sobre a implementação das políticas públicas de forma descentralizada, assim como seu estudo mais aprofundado, carece de um maior aprofundamento empírico, sobretudo nos municípios de menor porte. Ressaltam questões relativas aos processos de elaboração, quais atores serão responsáveis pela execução, o público a qual são destinadas e a forma de gerenciamento das mesmas, que são pautas que regem inúmeras pesquisas dentro do campo da ciência política e áreas afins.

Este artigo busca trazer tais questões relativas ao processo de implementação da

Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) em São João da Barra, município do interior do estado do Rio de Janeiro. A escolha do lócus da pesquisa não foi por acaso. Trata-se de um dos municípios que mais recebem recursos oriundos dos royalties do petróleo e participações especiais. Portanto, o município viveu sob o signo da bonança orçamentária, propiciada pela chamada “sorte geográfica” (Serra e Patrão, 2003).

Retomando o objeto analítico que se propõe neste artigo, a PNAN foi aprovada em 1999. Trata-se de uma política pública de caráter transversal, em que pese a sua condição de impactar um conjunto de outras políticas, como a educação, saúde, assistência, agricultura, abastecimento, etc. (DAB, 2012). Refere-se, portanto, a um conjunto de medidas que visa a promoção, o respeito e a proteção dos direitos humanos face a saúde e a alimentação.

Para a construção deste artigo, de início, trouxe uma breve fundamentação teórica que consiste em expor questões voltadas para o processo de descentralização, vigente no país. O foco aqui, é, sobretudo, buscar entender a condução da gestão educacional no município que, como determinado pela Constituição Federal de 1988, fica a cargo governo municipal oferecer educação à nível fundamental, que consiste do período da pré-escola ao 9º ano.

Em uma segunda etapa serão apresentadas as diretrizes que regem duas políticas voltadas a alimentação, são elas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O entendimento de como funcionam tais políticas públicas é importante para que se possa delinear o papel da PNAN nesse contexto. Por hora e de forma breve, o PAA e PNAE, basicamente consiste em programas de incentivo à agricultura familiar. Logo, o enfoque aqui é analisar quais seriam as obrigações dos governos municipais nas Políticas de Alimentação e Nutrição, com a finalidade de contribuir para expansão produtiva das famílias de agricultores familiares e dos demais segmentos que se enquadram nos programas.

A metodologia apresentará os mecanismos que foram utilizados para a realização da pesquisa. O referencial teórico fará um aprofundamento acerca da temática abordada e a discussão dos dados apresentados verificará como a política pública voltada para a realização da merenda escolar funciona no município de São João da Barra. A intenção, sobretudo, será aferir como ocorre processo de abastecimento, desde as chamadas públicas e licitações, até o processo final do fornecimento de alimentos às instituições de ensino municipais. Nas considerações finais observou-se o potencial produtivo de São João da Barra, as medidas que poderiam expandir os benefícios locais das políticas e como ocorrem as modulações estruturais que variam de acordo com a realidade de cada município.

2 | METODOLOGIA

A realização de um trabalho a respeito de políticas públicas, principalmente quanto ao funcionamento das mesmas, requer uma gama de procedimentos para que possa ser efetuado de maneira plena. Logo, baseado em um roteiro previamente estabelecido, a divisão do que foi feito para obtenção dos dados consiste em: levantamento bibliográfico; leitura prévia das políticas estudadas (PAA, PNAE); e a realização de uma entrevista semiestruturada.

O material escolhido para estudo consiste em textos voltados para a compreensão de como são formuladas essas políticas, as variáveis que influenciam sua composição e os textos que discutem as formas como elas podem ser geridas. Além disso, foram consultados trabalhos que tratam diretamente de políticas públicas na educação, perpassando as políticas de alimentação e nutrição. Viu-se a clara necessidade de realizar um estudo sobre quais diretrizes deveriam ser respeitadas para a execução das políticas públicas analisada. Logo, as pesquisas apontaram para a discussão da gestão do PAA e o PNAE e como os componentes de ambas influenciariam o resultado final aplicado no município de São João da Barra.

Por fim, após a definição do espaço e a leitura que servirá de base para o entendimento do objeto houve a seleção de qual método seria utilizado para captar os dados. A entrevista semiestruturada foi selecionada em virtude da possibilidade de conseguir não somente as informações desejadas de acordo com as questões elaboradas, mas também como alternativa de buscar um conteúdo adicional que pudesse contribuir com as necessidades da pesquisa.

A entrevista foi realizada em 2016, na Secretaria de Educação de São João da Barra, junto a secretária geral do órgão, com a finalidade de identificar tais pontos. Ressalta-se que, por ser semiestruturada, durante a abordagem surgiram perguntas que fugiam do roteiro estabelecido, porém, ainda assim foram levadas a entrevistada em virtude das necessidades propostas no trabalho.

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

Uma das competências do Estado é disponibilizar serviços de qualidade à sociedade. Entende-se a partir da noção de que, no momento em que a população arca com os custos dos serviços por meio do pagamento de impostos, tarifas e contribuições, haja um retorno. A disponibilização dos serviços públicos se faz a partir da elaboração de políticas públicas. Uma vez que o estudo realizado aqui não tem como foco apenas o entendimento próprio do que é uma política pública em si, mas também de sua gestão e aplicação no campo. Deste modo, torna-se indispensável compreender os aspectos da divisão de competências dentro do modelo federativo,

sendo este vigente no Brasil.

Em meio a isso, foi estabelecido durante a elaboração da Constituição Federal de 1988 o modelo federalista que, num primeiro momento, contribuiria para que houvesse maior autonomia dos estados e municípios em relação ao seu campo de ação. Entretanto, isso necessariamente não indica que haverá uma eficiência e autonomia quanto a uma gestão eficiente. Melo, Souza e Bonfim (2015) demonstram esse entendimento:

“(...) a qualidade da ação dos governos locais está relacionada, em boa medida, aos incentivos incidentes sobre seus governantes e aos controles a que eles estão submetidos, os quais provêm do desenho institucional das políticas. Em outras palavras, não há quaisquer garantias vinculadas ao grau de autonomia dos governantes locais que os levem a administrar com eficiência.” (MELO; SOUZA; BONFIM, 2015, p.2).

Nesse sentido, pode-se começar a vislumbrar a área de atuação dos municípios na gestão das políticas públicas descentralizadas. A partir do momento em que se entende que não há garantias de uma gestão eficiente por parte dos governos municipais, mas há certas competências que estes entes federativos devem se responsabilizar ressalta-se a variabilidade da implementação das políticas públicas descentralizadas. Uma política pública descentralizada é aquela que é criada pela união, só que implementada em parceria com os outros entes federados, que é o caso do PNAE e PAA, que serão estudados mais a fundo neste artigo.

Sendo o objeto de estudo desse trabalho também a área da educação, julga-se necessário compreender o que o pacto federativo diz no tocante a este setor. De acordo com a CF/88, a atuação entre os entes federativos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) deve ser conjunta, sendo que há certas obrigações que cada ente terá sobre um determinado nível educacional. Em relação à competência dos municípios, Melo, Souza e Bonfim (2015) citam que:

“(...) tamanho é o grau de descentralização do sistema educacional brasileiro que a avaliação de efetividade das políticas educacionais requer que se priorize o contexto municipal, muito embora este seja balizado pelas decisões na esfera federal. No caso da educação infantil e fundamental em particular, a prioridade de atendimento é das cidades, o que gera possibilidades de exercício do poder local sobre o formato das políticas, por um lado, e disparidades na qualidade da gestão, por outro.” (MELO; SOUZA; BONFIM, 2015, p.3).

Outro ponto a ser destacado no pacto federativo é a forma como o sistema educacional funciona. Mesmo que exista uma possível autonomia dos municípios para a execução de ações que visem uma melhora da qualidade de ensino, as dificuldades encontradas se baseiam no quão ele depende de seguir as diretrizes nacionais voltadas para o campo. Uma vez que existe um conjunto de metas a serem atingidas dentro do setor, estabelecidas pelo ente federativo com maior força – no caso, a União – a autonomia dos municípios na gestão das políticas educacionais pode ser complicada. Se, por um lado, a federalização permitiu que os municípios tivessem maior arrecadação quanto aos repasses realizados pelo governo federal,

as dificuldades impostas por diretrizes nacionais no campo legal podem vir a dificultar uma execução eficiente de políticas públicas. Sobre tal dificuldade, Ferreira (2015) cita:

“O planejamento está intimamente ligado à própria estrutura do regime federativo e das condições por ele impostas no que diz respeito ao movimento de centralização descentralização administrativa e financeira. A tese de doutorado de Martins (2009) se propôs observar as relações entre o poder central e os entes federados brasileiros, mostrando que estas não tiveram uma evolução contínua e linear ao longo da história republicana, mas foram permeadas por momentos de maior ou menor centralização, compreendida como concentração de poder político e financeiro no governo central (União) ou de maior distensão em relação aos estados e municípios. Tanto no período do Império como no da República, até a redemocratização consolidada com a Constituição Cidadã de 1988, considerou-se a questão da autonomia municipal como um problema provincial/estadual e não federativo. Não havia autonomia para a organização da esfera: era comum que a esfera estadual aprovasse uma lei orgânica para o conjunto de seus municípios. Somente com a Carta de 1988 os municípios foram guindados a entes federativos com a outorga de elementos constitutivos do equilíbrio federativo e, portanto, da autonomia municipal (autogoverno, autolegislação, autoadministração).” (FERREIRA, 2015, p.2).

Partindo desse ponto, a análise a ser realizada aqui se coloca no campo da execução de dois programas federais que estão diretamente ligados ao âmbito escolar: PAA e o PNAE. O primeiro programa é destinado a contribuir com o crescimento da comercialização de produtos agrícolas oriundos da agricultura familiar, enquanto o segundo volta-se para definir a forma como a alimentação escolar é realizada.

Segundo a SAF/MDA (Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário) (2017), criado no ano de 2003, o principal objetivo do PAA – além de contribuir com a citada melhora na comercialização dos produtos agrícolas – é o combate à fome. Isso leva ao entendimento de que não apenas foi elaborado como parte dos planos de metas da gestão daquela época, por atuar como mecanismo de propaganda do governo em si. O funcionamento do programa consiste na atuação conjunta entre União, estados e municípios para a aquisição de alimentos agrícolas. Vale ressaltar que além das famílias que vivem da agricultura familiar, participam do PAA, os assentados, as comunidades indígenas, os pescadores artesanais e povos tradicionais com um todo (SAF/MDA, 2017). A compra de alimentos não destina-se apenas a distribuição dentro de instituições que prestam serviços oferecidos pelos entes federativos como escolas, restaurantes populares e bancos de alimentos, mas também as próprias famílias e comunidades que produzem o material de origem agrícola. Segundo consta no próprio estatuto do projeto, o objetivo é que esses alimentos possam ser adquiridos e revendidos para entidades públicas e privadas, contribuindo para a valorização do mesmo (SAF/MDA, 2017).

Quanto a aquisição dos alimentos, não há necessidade de que seja realizada por meio de licitação. Entretanto, o programa divide a questão da compra dos alimentos por meio de modalidades. No quadro abaixo, disponibilizado no próprio portal eletrônico do projeto, elas podem ser vistas (SAF/MDA, 2017):

| MODALIDADE | FORMA DE ACESSO | LIMITE | ORIGEM DO RECURSO | AÇÃO |
|--|---|------------------------|-------------------|--|
| Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea | Individual | R\$ 4,5 mil | MDS | Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. |
| | Organizações (cooperativas/associações) | R\$ 4,8 mil | | |
| Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque | Organizações (cooperativas/associações) | R\$ 8 mil | MDS/MDA | Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização. |
| Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF | Individual ou organizações (cooperativas/associações) | R\$ 8 mil | MDS/MDA | Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar. |
| Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite | Individual ou organizações (cooperativas/associações) | R\$ 4 mil por semestre | MDS | Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste. |
| Compra Institucional | Individual ou organizações (cooperativas/associações) | R\$ 8 mil | - | Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. |

Tabela 1 – Modalidades PAA.

Fonte: SAF/MDA (2017).

Quanto a gestão do programa, como citado anteriormente, ela é realizada em conjunto entre os entes federados. Entretanto, como se faz necessário, existe um grupo gestor no âmbito federal que determina quais as principais diretrizes do programa e tem como função, principalmente, fiscalizar a forma que o programa é executado (SAF/MDA, 2017). Esse grupo gestor tem um papel deliberativo em primeira instância, no que tange toda a atuação do PAA e é formado por membros das instituições abaixo:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa/ Conab;

- Ministério da Fazenda;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Ministério da Educação – MEC /FNDE.

Em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, segundo o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) (2012) o mesmo foi criado em 1955 e tem como principal objetivo contribuir com a melhora da qualidade do ensino em geral, tomando como base a importância da alimentação no processo de aprendizagem. A forma como o programa é executado se dá por meio de repasses realizados para os municípios pela União, de acordo com a modalidade de ensino e o dia letivo de cada aluno da escola cadastrada (FNDE, 2012). Logo, consta os valores por modalidade versus o dia letivo:

- Creches: R\$ 1,00;
- Pré-escola: R\$ 0,50;
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60;
- Ensino médio e educação de jovens e adultos: R\$ 0,30;
- Ensino integral: R\$ 1,00;
- Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90;
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,50.

Segundo o FNDE (2016) as diretrizes estabelecidas pelo programa, a fiscalização das adequações é realizada por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CDE) (Estadual e Municipal), pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo o Ministério Público. Ressalta-se que os alimentos adquiridos pelo programa devem ser feitos por meio de licitação e que no mínimo 30% do que for adquirido deve ser oriundo da agricultura familiar (estes com dispensa à licitação). Quanto a execução do programa, destaca-se que ela deve ser feita pelo do ente federativo cadastrado, ou seja, partindo do princípio que o ensino fundamental é realizado pelos municípios, a execução do programa deve ser realizada por ele. Mas para isso, as escolas participantes devem estar cadastradas no Censo Escolar, realizado pelo INEP (FNDE, 2016).

4 | DISCUSSÃO DOS DADOS

O PNAE em 1995 passou por um processo de descentralização completa de recursos. Deste então, o programa começou a ser gerido também pelos demais entes federados, não somente pela União (BORGES; PASSOS; STEDEFELDT; ROSSO, 2011). O FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) estabelece,

por transferências de recursos, o direito à alimentação a todos os alunos de escolas públicas e filantrópicas. A alimentação escolar dessas instituições deverá compor no mínimo 20% do que o aluno precisa para suprir suas necessidades nutricionais diárias (BORGES; PASSOS; STEDEFELDT; ROSSO, 2011). Por lei, como citado anteriormente, de todo o valor repassado pelo FNDE aos estados, municípios e Distrito Federal do PNAE, pelo menos 30% deve ser utilizado para compra direta da agricultura familiar, dos demais empreendedores familiares rurais e comunidades extrativistas (FNDE, 2012). Adotaremos ao longo do texto o conceito de “empreendedores de base familiar” para indicar todas as comunidades rurais de pequenos produtores, como agricultores familiares, pescadores artesanais, comunidades indígenas, quilombolas, ou qualquer outro fornecedor que se inclua nos quesitos do PNAE e PAA. O PNAE visa estimular o mercado local e oferecer uma oportunidade de renda a essas famílias. Essa proposta estabelecida em lei segue no trecho abaixo:

“A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório.” (FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2012, p.1).

Os recursos financeiros do programa advêm em partes, de transferências da União através do FNDE para as entidades executoras, podendo estas ser estados, Distrito Federal, municípios, ou quaisquer escolas federais responsáveis pela execução desse programa (FNDE, 2008). No caso de São João da Barra a entidade executora do PNAE é a própria prefeitura. Segundo o FNDE (2017), em 2011 o município recebeu para execução do PNAE um valor total de R\$ 431.460,00. Esse foi o dado mais atual encontrado referente a esse repasse ao município. Em São João da Barra há o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, que assim como os outros da mesma natureza, desempenha o papel de conselho fiscalizador e deliberativo local que irá normatizar as ações municipais em torno dos recursos destinados à alimentação escolar. Os CAE's são compostos da seguinte maneira: Poder executivo, 1 titular e 1 suplente; Trabalhadores da educação, discentes, 2 titulares e 2 suplentes; Pais de alunos, 2 titulares e 2 suplentes; e Sociedade Civil, 2 titulares e 2 suplentes (ME, 2015).

O PAA desde a sua criação em 1993 até então recebeu diversas alterações em sua estrutura, mas manteve o mesmo objetivo que é “promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar” (ASCOM-MDS, 2012, p.3). Para alcançar tais objetivos o PAA compra produtos advindos da agricultura familiar, dispensando o processo licitatório, e os oferece às pessoas em situações de insegurança alimentar e nutricional e às que utilizam os demais serviços públicos de alimentação e nutrição (ASCOM-MDS, 2012). A Assessoria de Comunicação do Ministério do Desenvolvimento

Social e Combate à Fome (2012) indica a seguir os fornecedores que se beneficiam do programa.

“Os beneficiários fornecedores são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.” (ASCOM-MDS, 2012, p.4).

O fornecedor que quiser participar do programa individualmente deve possuir a Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP), documento que certifica que o indivíduo atua na agricultura familiar. Já as organizações formais de agricultura familiar (cooperativas, associações, etc.) devem apresentar a DAP Especial de Pessoa Jurídica ou qualquer outro documento que comprove a atuação no ramo agrícola familiar definido pelo Grupo Gestor do PAA. A DAP pode ser adquirida em entidades oficiais de agricultura como sindicatos, confederações de agricultores, etc. Os demais potenciais fornecedores que se enquadram nos quesitos do programa que não são agricultores devem procurar outras organizações específicas da área para adquirir a DAP (de Pessoa Jurídica ou não), como: o Ministério da Aquicultura e Pesca ou Federação de Pescadores e suas colônias filiadas, para os pescadores artesanais; o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para os assentados da reforma agrária; a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), para as comunidades indígenas, dentre outros (ASCOM- MDS, 2012).

Os estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos que quiserem participar e se tornar uma Unidade Executara do PAA devem se vincular ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) através da celebração de Termo de Adesão. A operacionalização do PAA ocorre pelos entes federados e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que gerir as políticas públicas nacionais de abastecimento (ASCOM-MDS, 2012). O PAA poderá fornecer alimentos para as redes pública e filantrópica de ensino através de doações. Isso ocorre pela modalidade Compra com Doação Simultânea do PAA. Deste modo, os alimentos do PAA comporão a alimentação escolar de acordo com critérios nutricionais estabelecidos no cardápio e com as diretrizes do PNAE. Porém, os alimentos oriundos do PAA não comporão os 30% mínimo de compras do empreendedor de base familiar, esse limite é composto apenas pelas compras feitas com recursos do PNAE (FNDE, 2016).

O Município de São João da Barra é um município do Estado do Rio de Janeiro, tem aproximadamente 32.747 habitantes e seu território conta com uma extensa faixa litorânea (IBGE, 2016). Segundo a prefeitura de São João da Barra (2016), ao todo o município tem 40 instituições de ensino municipais, incluindo creches, escolas de educação infantil e ensino fundamental.

Para buscar informações sobre como seria a aplicação a nível local dos programas PNAE e PAA, foi feita uma entrevista semiestrutura direcionada à Secretaria de Educação e Cultura de São João da Barra. Além das perguntas base que serão

apresentadas a seguir houveram outros questionamentos que foram surgindo ao longo da entrevista. As perguntas ligadas à temática que serviram de base foram:

1 - Quem são os fornecedores (empresas locais; empresas de outros municípios; cooperativas; etc.) da merenda escolar do município de São João da Barra?

2 - A prefeitura de São João da Barra utiliza os programas PNAE e/ou PAA?

2.1 - Se não. Por que a prefeitura não utiliza esses programas?

2.2 - Se sim. Ele(s) atende(m) todas as diretrizes estabelecidas no(s) programa(s) a nível nacional?

2.2.1 - Quem são os fornecedores (agricultores familiares; pescadores artesanais; etc.) que participam desse(s) programa(s)?

2.2.2 - O(s) programa(s) atende(m) todas as instituições de ensino municipais de São João da Barra?

3- Como ocorre o processo de licitação da merenda escolar?

A entrevista direcionada à Secretaria de Educação e Cultura de São João da Barra ocorreu nos dias 16 e 21 de novembro de 2016. A respondente foi a própria secretária do órgão, que por motivos legais de sigilo não será identificada nominalmente.

Segundo a respondente, o fornecimento de alimentos à merenda do município é feito pelos agricultores familiares da região, que ficam a cargo de fornecer legumes e verduras e pelas indústrias externas (de outros municípios), que fornecem as proteínas e os demais alimentos da merenda que carecem de mais processos industriais (1). O município utiliza apenas o programa PNAE (não também o PAA), que segundo a secretária é mais direcionado à alimentação escolar (2; 2.1). A aplicação do PNAE no município, por recomendação do governo estadual, atende todas as diretrizes nacionais do programa, incluindo a compra de no mínimo 30% dos empreendedores de base familiar (2.2). Os fornecedores que compõem esses 30%, tendo um pequeno excedente dessa porcentagem (não especificado), são os agricultores familiares do município (2.2.1). O PNAE atende todas as instituições de ensino municipais de São João Barra (2.2.2). Em relação ao processo de licitação, para os agricultores há dispensa, pois como já mostrado acima, o PNAE estabelece dispensa para esses fornecedores (3). Já para as indústrias externas o processo ocorre, porém não foi esmiuçado pela secretária porque segundo a mesma fica sob a responsabilidade de outra secretária (3).

Grande parte da população de São João da Barra vive em área rural. Segundo o IBGE (2010) 21,5% da população do município reside em zona rural. Outro ponto que precisa ser ressaltado, sendo este evidenciado ao longo da pesquisa, é que a agricultura é uma das principais atividades de renda do município. Além disso, por ter uma extensa faixa litorânea e pela diversidade de rios, lagos e lagoas, o município também conta com uma gama de pescadores artesanais, tanto marítimos, quanto lagunares. Deste modo, há bastantes fornecedores potenciais que, além dos já inclusos,

poderiam atender os programas PNAE e PAA, haja vista que pelos critérios de lei já apresentados acima os fornecedores desses programas devem ser empreendedores de base familiar, enquadrando nesse quesito os agricultores e os pescadores artesanais da localidade. De fato, como indica o resultado acima, muitos agricultores são absorvidos pelo PNAE.

A grande questão é que mais agricultores familiares e outros empreendedores de base familiar poderiam ser absorvidos por algum desses programas caso houvesse um maior fornecimento ao PNAE, dado a adequação dos produtos, ou a implementação do PAA na merenda escolar que possibilitaria o fornecimento de alimentos a outros segmentos, não apenas a alimentação escolar. Isso se vislumbra pelo potencial produtivo de base familiar do município. Evidentemente, estes programas não são a única alternativa de escoamento da produção desses produtores, entretanto torna-se uma opção mais viável e segura para gerar renda a essas famílias e conseqüentemente estimular o mercado interno.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa foi notória a relevância das Políticas de Alimentação e Nutrição, quando bem concebidas e executadas, para geração de trabalho e renda, transcendendo os benefícios dos receptores de alimentos. O PNAE e PAA, duas Políticas de Alimentação e Nutrição são bons exemplos que evidenciam a complexidade objetiva de uma política pública. Um determinado problema social não pode ser resolvido de forma simplória, pois há vários elementos que coadunam um problema social. Por isso, uma política pública tem que ser pensada e gerida com o máxima compilação dirigida possível, para que seus objetivos sejam em grande parte atingidos. O PNAE e o PAA na sua estrutura têm essa característica abrangente e bem direcionada em seus objetivos, mas o que garantirá sucesso ou não à política será também sua implementação.

No caso da implementação do PNAE no município de São João da Barra, os objetivos da política, mesmo havendo gargalos em alguns pontos (como na não absorção de mais alimentos dos agricultores familiares, incluindo os de maior perecibilidade) que é algo normal, foram bem sucedidos. Parte dos alimentos advém dos fornecedores de base familiar e são levados aos seus receptores, os alunos, muitos deles que carecem de uma complementação alimentar. Diversos fatores relacionados a aplicação do programa no município, por motivos de recorte da pesquisa, não foram apontados, como a qualidade que esses alimentos chegariam ao prato dos alunos, a quantidade de alimentos que seriam desperdiçados e os motivos que culminaram na possível proporção de desperdício, etc. Contudo, apesar das várias determinantes para uma análise da aplicação dos programas o artigo buscou estudar precipuamente

a relação entre os fornecedores e o município.

Apesar da vigência do PNAE no município de São João da Barra e da absorção de alimentos municipais que o mesmo já realiza é de se almejar a expansão dessa absorção de alimentos que por ventura devem ser provenientes da agricultura familiar, pesca artesanal e de qualquer atividade rural de base familiar. Isso se preconiza pelo potencial produtivo do município, que como já visto acima, é formado por uma grande cadeia produtiva de agricultores rurais, pescadores artesanais e comunidades extrativistas, que dada as adequações inclusive através de políticas locais pelo próprio governo municipal, poderia ampliar os beneficiários dos programas. Tal medida seria possível pelo perfil da localidade, mas para que tudo isso ocorra o município deverá intervir ainda mais na campo de atuação dos programas, tanto no PNAE já existente no município, quanto no PAA que também poderia ser implementado.

Outro ponto observado na pesquisa foi a moldagem que política recebeu em sua aplicação no município de São João da Barra. Essa moldagem de uma política nacional gerenciada a nível local ocorre por diversos fatores, pela autonomia do governo municipal como ente federado, pelas características singulares dos fornecedores e dos alimentos fornecidos que varia de acordo com o local, dentre outras coisas. Todos esses aspectos, além do balizamento fixo da política, contribuíram para as características da sua execução. Mais que esculpir as características de uma política, esses arranjos locais são necessários para uma melhor aplicabilidade delas, porque como dito anteriormente, cada lugar tem uma realidade distinta. Sendo assim, mesmo que os problemas de certa forma sejam similares, eles exigirão soluções diferentes. O município que tem grande potencial produtivo em um determinado alimento e não outro e com produtores de base familiar com segmento específico, deverá buscar uma adequação para inserir no programa esses alimentos e esses produtores. Com isso, cada município em sua gestão local buscará alcançar um objetivo similar distintamente.

REFERÊNCIAS

ASCOM MDS, Assessoria de Comunicação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**. Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa! Nov. 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/3234432-Programa-de-aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar-renda-para-quem-produz-e-comida-na-mesa-de-quem-precisa-paa.html>>. Acesso em: 18/05/17.

BORGES, Natalya de Souza; PASSOS, Estevão de Camargo; STEDEFELDT, Elke; DE ROSSO, Veridiana Vera. **ACEITABILIDADE E QUALIDADE DOS PRODUTOS DE PESCADO DESENVOLVIDOS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA**

BAIXADA SANTISTA. Alim. Nutr., Araraquara, v.22, n. 3, p. 441-448, jul./set. 2011. Disponível em <<http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/viewFile/1181/1149>> Acesso em: 19/05/17.

DAB, Departamento de Atenção Básica. **PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 2012. Disponível em: <<http://dab.saude.gov.br/portaldab/pnan.php>>. Acesso em: 18/05/17.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. **Gestão dos sistemas municipais de educação: planejamento e equilíbrio federativo em questão**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro, v. 23, n. 88, p. 545-566, set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362015000300545&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20/05/17.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**. 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familia>> Acesso em: 17/05/17.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**. 2ª edição - versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/thiago/Documents/Downloads/pnae_manual_aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar_2_ed.pdf>. Acesso em: 17/05/17.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **FORMAÇÃO PELA ESCOLA: Módulo Pnae**. Brasília – DF, 2008. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_pnae_conteudo.pdf>. Acesso em: 16/06/17.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **LIBERAÇÕES – CONSULTAS GERAIS**. 2017. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc>. Acesso em: 16/06/17.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Sobre o PNAE**. 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 18/05/17.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_de_janeiro.pdf>. Acesso em: 17/05/17.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados Gerais**. 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=330500>>. Acesso em: 17/05/17.

ME, Ministério da Educação. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. Brasília - DF, 2015. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:KGu5w6ldppcJ:www.fnde.gov.br/arquivos/category/116-alimentacao-escolar%3Fdownload%3D9572:pnae-cartilha-2015+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 16/06/17.

MELO, Clóvis Alberto Vieira de; SOUZA, Saulo Santos de; BONFIM, Washington Luís de Sousa. **Federalismo e bons governos: uma análise política da gestão fiscal dos municípios**. Opin. Publica, Campinas, v. 21, n. 3, p. 673-692, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762015000300673&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19/05/17.

PORTAL SJB, Portal da Prefeitura Municipal de São João da Barra. **Cidadão**. São João da Barra – RJ. 2017. Disponível em: <<http://www.sjb.rj.gov.br/escolas>>. Acesso em: 18/05/17.

SAF/MDA, Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PAA**. 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em:

16/07/17.

SERRA, Rodrigo Valente; PATRÃO, Carla. **Impropriedades dos Critérios de Distribuição dos Royalties no Brasil**. In: PIQUET, Rosélia (Org.). *Petróleo, Royalties e Região*, Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 185-216.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-10-9



9 788585 107109